



## Trabalhos Científicos

**Título:** Análise Da Incidência De Casos De Hiv Em Crianças Nos Últimos 10 Anos De Acordo Com O Datasus

**Autores:** ÉRIKA RAMOS CALIFE (UNIVERSIDADE POTIGUAR), LUIZA BEATRIZ MEDEIROS DE ARAÚJO (UNIVERSIDADE POTIGUAR), MARIA EDUARDA JÁCOME FERNANDES MARTINS (UNIVERSIDADE POTIGUAR), MARIA ISABEL OLIVEIRA (UNIVERSIDADE POTIGUAR), ARTUR LUIZ LOPES NASCIMENTO (UNIVERSIDADE POTIGUAR), JOSÉ HENRIQUE LUCENA FONSECA (UNIVERSIDADE POTIGUAR), CAMILA AMORIM POLONIO (HOSPITAL INFANTIL VARELA SANTIAGO)

**Resumo:** INTRODUÇÃO Os primeiros casos de infecção pelo vírus HIV em crianças no Brasil foram diagnosticados já na década de 80, e até hoje a doença é um alerta na sociedade. As formas de contaminação mais comuns nessa população são: transmissão vertical, infecção por transfusão sanguínea, por via sexual e pelo uso de drogas endovenosas. METODOLOGIA Estudo epidemiológico transversal, descritivo, com dados coletados da plataforma DATASUS, dos anos 2011 a 2021, sobre a população de 0 a 14 anos. OBJETIVOS Avaliar epidemiologicamente a quantidade de casos novos de HIV diagnosticados no Brasil, tendo como base a população infantil nos últimos 10 anos, observando se houve aumento, redução ou estabilização do número de casos. RESULTADO: em todo o Brasil, entre os anos de 2011 e 2021 foram diagnosticados 2.691 casos novos de HIV. O ano de 2012 destacou-se por contar com o maior número de casos (422). Em contrapartida, no ano de 2021 foi registrado o menor número (37). A região Nordeste contabilizou o maior número de diagnosticados ao longo desses anos (764), enquanto o Centro-oeste somou menos casos (145). Os anos que tiveram o menor número de casos diagnosticados foram 2020 (77) e 2021 (37). CONCLUSÃO Conclui-se que ao longo dos últimos 10 anos, houve uma redução significativa no número de crianças infectadas com HIV. A queda pode ser reflexo das campanhas de conscientização realizadas pelo Sistema Único de Saúde que incentivam a prevenção, a busca pelo diagnóstico precoce e o tratamento da doença. Ademais, o maior estímulo ao pré-natal adequado, que tem sido reforçado pelo SUS garante que haja menor risco de transmissão vertical tanto durante a gestação, como no parto e na amamentação. Por fim, observou-se que nos anos de 2020 e 2021 houve uma redução ainda mais significativa, mas é necessário ressaltar que isso pode ser resultado da subnotificação durante a pandemia de COVID-19.